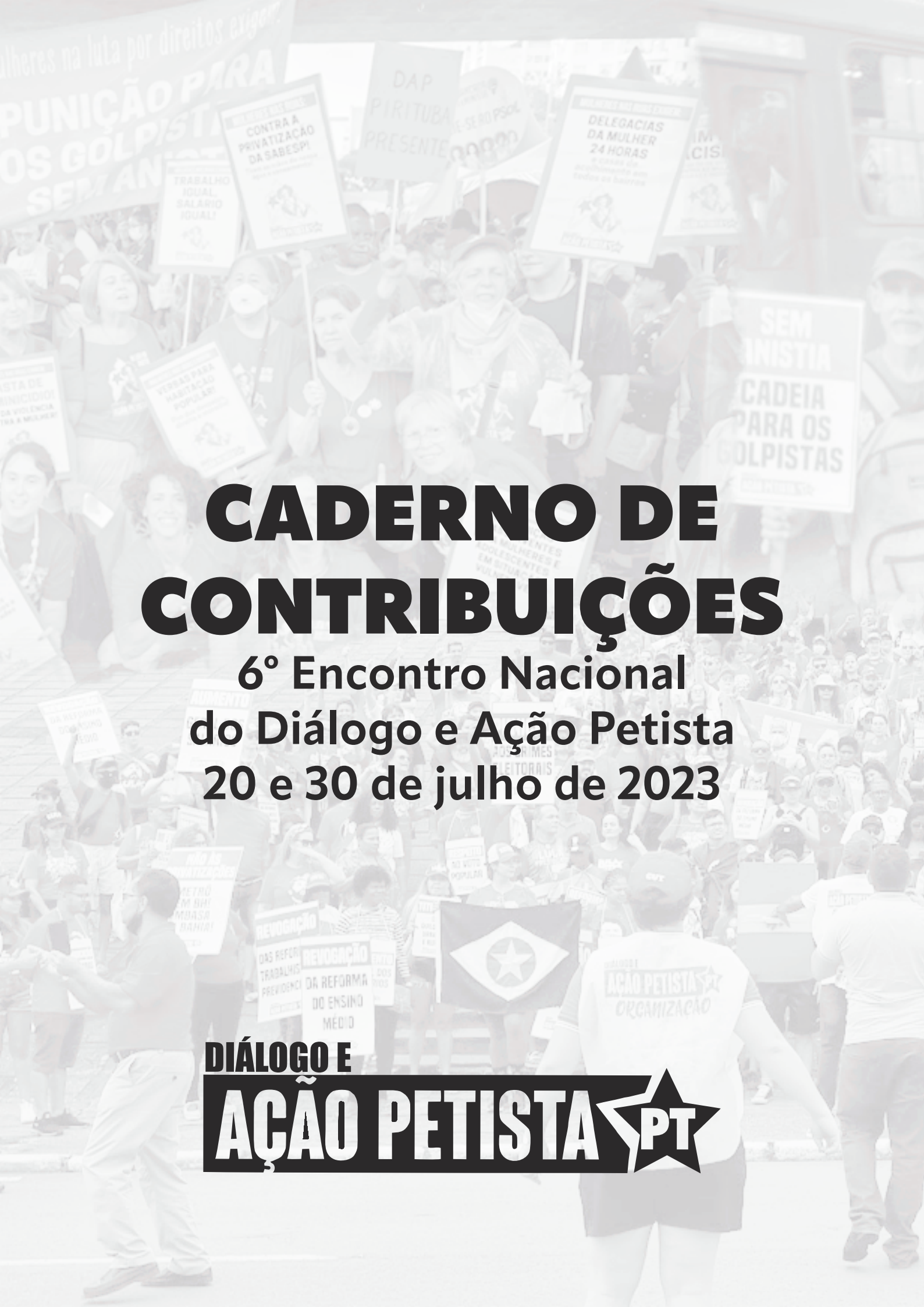


CADERNO DE CONTRIBUIÇÕES

6º Encontro Nacional do Diálogo e Ação Petista
20 e 30 de julho de 2023

DIÁLOGO E AÇÃO PETISTA PT

A SITUAÇÃO INTERNACIONAL

Apresentado por Julio Turra e Luiz Eduardo Greenhalgh, membros Comitê Nacional do DAP e do Comitê Internacional de Ligação e Intercâmb io (CILI) do qual o DAP é aderente

O mundo está convulsionado pela guerra que eclodiu no coração da Europa há um ano e meio, com a invasão de território da Ucrânia pela Rússia de Putin, guerra que na verdade havia começado em 2014 (nas regiões limítrofes entre os dois países) e que ganhou outra envergadura com a entrada dos EUA e seus aliados da OTAN no conflito. O DAP, acompanhando o posicionamento de organizações e militantes de vários países, em particular aqueles representados no CILI do qual participamos, adotou desde o início do conflito a posição de que esta guerra não é dos povos russo e ucraniano e tampouco interessa aos trabalhadores e povos de todo o mundo. Trata-se de uma guerra entre potências capitalistas interessadas em mercados e fontes de matérias primas que pode deslizar para uma guerra mundial que envolva as principais potências do planeta. É preciso parar essa guerra insana, um cessar fogo imediato e incondicional. O DAP saúda a posição adotada pelo presidente Lula desde o início da conflito, negando-se a tomar partido no conflito e insistindo no cenário internacional no fim da guerra, resistindo a múltiplas pressões para que se alinha com os EUA e a OTAN. Ao mesmo tempo estamos conscientes que será a mobilização dos povos contra a guerra, em particular na Europa – à exemplo dos mais de 50 mil que se manifestaram nesse sentido na Alemanha há poucos meses -, é que acabará com um conflito que só interessa aos que lucram com ele desviando recursos bilionários dos investimentos sociais para a corrida armamentista: "Não à guerra, Nem OTAN, nem Putin"!

O QUE SE PASSA NA AMÉRICA LATINA?

A América Latina, ainda que não seja o cenário das operações desta guerra, sofre, tal como a África e Ásia e outras regiões do planeta, as consequências nefastas da inflação mundial, da desorganização das trocas comerciais e carência de grãos e insumos provocados pelo conflito. O que aumenta ainda mais a instabilidade da situação econômica e social de uma região marcada pela desigualdade social aguda. Região que viu, no último período, a eleição de governo "progressistas" em vários países – México, Honduras, Chile, Colômbia e há seis meses no Brasil – expressando a resistência do povo trabalhador contra a dominação do imperialismo e das elites locais a ele associadas. O destino desses governos não está dado de antemão, ele dependerá da mobilização das forças populares que os levaram ao poder e de sua relação com o imperialismo estadunidense em particular. Assim, se na Colômbia o presidente Petro busca apoiar-se na mobilização de massas para superar obstáculos levantados por políticos conservadores e reacionários, no Chile o presidente Boric frustra as expectativas populares ao mesmo tempo que se alinha com os EUA e a OTAN no apoio ao governo fantoche de Zelensky na Ucrânia. Entre essas duas posições há posições intermediárias, é claro, mas elas indicam em grandes linhas os desafios colocados para os governos ditos "progressistas".

PERU, O POVO RESISTE CONTRA O GOVERNO ILEGÍTIMO E PEDE UMA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE SOBERANA

No vizinho Peru, onde há sete meses o presidente eleito Pedro Castillo sofreu um golpe parlamentar que o levou à prisão, o governo da vice Dina Boluarte, apoiado pela classe domi-

nante local, autorizou a entrada de tropas dos EUA em seu território, uma agressão à soberania não só do Peru mas de toda a América Latina, presença esta que deve ser repudiada por todas as forças comprometidos com a democracia e a soberania nacional. A resistência do povo peruano nunca cessou e contra ela desencadeou-se brutal repressão que provocou mais de 70 mortes. No último 19 de julho essa resistência expressou-se numa grande marcha à capital Lima, com as exigências de "Fora Boluarte e o congresso, Assembleia Constituinte Soberana, Liberdade para todos os presos políticos". O DAP afirma a sua estrita solidariedade com a luta do povo peruano contra um governo ilegítimo, golpista e repressor.

DEFENDER O HAITI É DEFENDER A NÓS MESMOS

Militantes do DAP estiveram presentes no relançamento do comitê "Defender o Haiti é defender a nós mesmos" no mês de março em São Paulo. O povo haitiano é vítima hoje da violência de gangues armadas a serviço de políticos e empresários locais, é vítima da conivência do próprio governo "de facto" e não eleito de Ariel Henry, que conta com o apoio dos EUA. Denunciar amplamente a situação na qual se encontra o povo irmão do Haiti, rompendo o muro de silêncio imposto pela mídia mundial, e agir no sentido de reforçar a solidariedade com a sua luta é o objetivo desse comitê.

SOLIDARIEDADE AO POVO NICARAGUENSE

Da mesma forma que o DAP está presente na solidariedade com veteranos lutadores sandinistas da Revolução Nicaraguense, que em 19 de julho completou 44 anos, que hoje são vítimas da violenta repressão da ditadura de Daniel Ortega e sua esposa Rosário Murillo. Na recente reunião do Foro de São Paulo no mês de junho em Brasília, uma carta desses companheiros e companheiras da Nicarágua foi apresentada pelos membros do DAP no DN PT aos demais membros de nosso partido presentes no evento. É preciso insistir no fato de que não há uma identidade entre Cuba, país onde houve uma revolução que expropriou a burguesia e que sofre o cerco do imperialismo há mais de 60 anos, a Venezuela, país que sofre sanções injustificadas por parte dos EUA que estão na base da deterioração das condições de vida de seu povo, e a Nicarágua, país que é membro do CAFTA – acordo de livre comércio da América Central – e que envia 60% de suas exportações aos EUA, sendo o casal presidencial dono da maior fortuna do país. Não há qualquer justificativa para fechar os olhos diante das medidas repressivas da ditadura Ortega não só contra antigos dirigentes da Frente Sandinista mas contra o próprio povo nicaraguense.

O ENDAP de 29 e 30 de julho deve renovar os seus compromissos internacionalistas e a colaboração no âmbito do Comitê Internacional de Ligação e Intercâmbio (CILI), na luta por um mundo liberto de toda a forma de opressão e exploração, contra o imperialismo e a guerra que ele engendra.

★★★★★★

COM ESSE CONGRESSO NÃO DÁ!

Contribuição de Alessandro Soares e Markus Sokol ao ENDAP sobre a crise da instituições

O funcionamento do sistema político (eleições, partidos e relação entre os poderes) estruturado pela Constituição de 1988 tem mostrado um conjunto de limites e obstáculos à democratização das instituições e da sociedade.

PARA COMEÇO DE CONVERSA NOSSA CONSTITUIÇÃO POSSUI GRAVES CONTRADIÇÕES INTERNAS

O texto constitucional prevê um conjunto de direitos e garantias fundamentais ao povo brasileiro: vida, igualdade, liberdade, desenvolvimento da personalidade, trabalho, salário-mínimo, moradia, saúde, educação, meio ambiente ecologicamente equilibrado etc. Reconhece-se também a proteção específica das populações originárias (indígenas) e quilombolas, da família, da criança, do adolescente, do idoso... Vários desses direitos aparecem formulados "como direito de cidadão e dever do Estado".

Visando dar efetividade a esses direitos e transformar a realidade brasileira, a Constituição apontava um estado interventor na ordem econômica e prestador de serviços públicos. Ou seja, legitimava a manutenção e criação de empresas de domínio público estatal para a prestação de serviços de interesse coletivo. Seguindo a Constituição, vemos que o Estado deve ser um produtor de políticas públicas e não um mero observador ou regulador dos conflitos do mercado.

Uma imensa parte dos direitos e garantias estabelecidos pela Constituição são uma sinalização para o futuro e dependem, para a sua materialização, da aprovação de leis e medidas no âmbito do PODER LEGISLATIVO. Em resumo, o Legislativo tem um amplo poder de direção política a partir da Constituição.

Um exemplo: a Constituição, a partir da Emenda Constitucional n. 114, determina que todo brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinadas em lei, observada a legislação fiscal e orçamentária. Ou seja, se o Congresso não editar a lei prevista na Constituição, o direito constitucional à renda básica para a população vulnerável torna-se letra morta. Ademais, o Congresso ainda poderá editar essa lei limitando o acesso a esse direito ou outros em nome das regras fiscais e orçamentárias.

Dessa forma, um dos requisitos para a efetivação da Constituição de 1988 é a formação de consensos políticos dentro do Legislativo. Melhor dizendo, faria-se necessário a conformação de uma maioria parlamentar pró Constituição.

Ocorre, no entanto, que as eleições proporcionais para a Câmara e majoritária para o Senado resultam, invariavelmente, em domínio de partidos e alas de direita e conservadoras no Congresso. Grupos de parlamentares que em essência têm pouco interesse em ver as promessas constitucionais cumpridas. A missão dessas maiorias de direita e conservadora têm sido bloquear mudanças substantivas, impedir avanços sociais e, quando oportuno, impor recuos no campo dos direitos e da forma do Estado definidos na Constituição de 1988.

Para exemplificar os recuos basta apontar algumas Emendas Constitucionais, isto é, alterações da Constituição (e até o momento já foram 129 emendas) que tiveram o claro intuito de modificar as obrigações sociais do Estado brasileiro, impondo uma política neoliberal camu-

flada num discurso de modernização. Emendas n. 08 e 09 já de 1988 (sob o governo Sarney), no mesmo ano da promulgação da Carta constitucional, que possibilitaram a venda, concessão e privatização de Empresas Públicas; Emenda n. 19 de 1998 (Reforma do Estado no governo FHC) que alterou diversos artigos da Constituição com a finalidade de aplicar ao Estado concepções de gestão de mercado, precarizando, inclusive o funcionalismo público; e a Emenda n. 95 (governo Temer) que estabeleceu o teto de gastos públicos, em detrimento direto ao fortalecimento das políticas públicas.

Podemos dizer, portanto, que o nosso sistema político tende a gerar maiorias parlamentares contra a Constituição.

BALCÃO DE NEGÓCIOS

Ao competir e vencer eleições presidenciais, o PT tem lidado com esse sistema político. O governo necessita aprovar suas pautas no Congresso, mas encontra uma Câmara e um Senado dominado por forças conservadoras.

Vale notar que a Constituição de 1988 conferiu ao Congresso vários mecanismos jurídicos que efetivamente podem inviabilizar um governo (não aprovação de medida provisória; não aprovação de Emenda Constitucional; não aprovação de tratados; sustar decretos do poder executivo...).

Para garantir a governabilidade e evitar a paralisia, o governo vai ao balcão de negócios do Congresso (travar acordos sobre Ministérios, emendas, comando do Congresso...) para conseguir a maioria necessária. Forma-se uma coalizão eclética de partidos e parlamentares na base do governo.

Essa dinâmica política acaba incentivando a criação de partidos para exercício de trocas no futuro. São partidos, em regra, sem vida ou estrutura partidária real, cujas siglas não correspondem aos ideais políticos de seus membros. A imensa maioria dos partidos são fachadas para grupos de direita alicerçarem suas candidaturas e depois venderem seu apoio ao governo de turno.

Ao contrário do que se imagina, as negociações no Congresso não são mera compra de apoio no parlamento (governabilidade). Não se trata de uma relação completamente vazia de sentidos e concepções políticas e ideológicas. Se assim fosse, bastava estar na presidência do país para que fosse possível implementar um programa partidário. Qualquer Governo estaria apto a literalmente comprar a vontade do Poder Legislativo.

De fato, entrar nessa dinâmica política institucional implica, ao menos, em 4 efeitos potenciais:

- ★ Amplificação de problemas de legitimidade (ética, uma vez que não se vê com bons olhos a entrega de cargos e emendas em troca de apoios. Tal circunstância é piorada com os escândalos de corrupção envolvendo cargos e recursos distribuídos. Em momentos de estabilidade ou crescimento econômico, com certa distribuição de renda, isso não gera grandes desafios para sistema político, mas nos momentos de crise econômica e social a situação tende a ser problemática.
- ★ Um partido de esquerda, ao ter em sua base parlamentar partidos e políticos tradicionais de direita, inevitavelmente verá seu horizonte político reduzido. Suas propostas políticas serão puxadas pela força gravitacional do centro político. A base conservadora do Congresso exercerá poderes de veto. Mudanças serão permitidas a depender de cada contexto. Podemos chamar esse fenômeno de governabilidade

com achatamento do horizonte político ou governabilidade decisória sem governabilidade política.

- ★ Cria a ilusão de uma estabilidade eterna, como se o sistema político tivesse encontrado seu ponto de equilíbrio que permitiria mudanças rumo à efetivação dos direitos e garantias previstos na Constituição de 1988, mas que, todavia, na hora "h", sempre dizem que não cabem no Orçamento.
- ★ Crença no Poder Judiciário como solucionador de impasses em políticas públicas e disputas pelo Poder. Burocratização da política e politização do judiciário.

O atual momento do país revela, então, uma crise profunda no funcionamento do sistema político de 1988.

As mobilizações de junho-julho de 2013, há dez anos, constituem um dos sintomas da crise. Embora difícil de precisar, podemos dizer que as revoltas de rua de 2013 giravam entorno de demandas por direitos (transporte, saúde e educação, por exemplo) e crítica ao poder (discursos contra a corrupção e uma narrativa punitivista contra os políticos).

COMO AMPLIAR E GARANTIR DIREITOS COM ESSE CONGRESSO?

Após a derrota de 2014 nas eleições presidenciais, uma fração da direita passa a não ver legitimidade nos processos eleitorais. O golpe parlamentar contra Dilma Rousseff (2016), a prisão de Lula, a sua respectiva inelegibilidade (2018) e a ascensão da extrema direita com a vitória do Bolsonaro refletem numa reação conservadora do Congresso, do mercado e da classe dominante, com apoio da grande mídia.

Essa deterioração política revelou um outro elemento problemático com relação ao Estado brasileiro: a atuação política de agentes burocráticos. Membros do Poder Judiciário, Ministério Público e Militares foram fundamentais para o impeachment de Dilma Rousseff e a prisão de Lula.

O governo Bolsonaro praticamente se funde com o conservadorismo do Congresso. O campo econômico é entregue ao mercado, que silencia completamente quanto aos ataques diários à democracia e ao povo brasileiro.

Artur Lira, assim como antes Eduardo Cunha, representa as forças conservadoras do Congresso num movimento de busca de hegemonia. Isso faz com que o sistema político pareça invertido. É como se o governo eleito fosse a composição do Congresso e a presidência, numa linha de transmissão do Parlamento. Vale dizer, nosso problema não é o Artur Lira em si, mas a modelagem e deformação do sistema político.

Artur Lira já fez questão de dizer que o Congresso é "liberal e conservador" e que a "realidade fática de um Congresso hoje não é igual ao de um Congresso de 20 anos atrás". Traduzindo, o presidente da Câmara está afirmando ao governo e ao presidente Lula que o "pacto" de 1988 não é mais o mesmo, que o preço para formação da coalizão governante é muito mais alto e que o governo tem muito menos liberdade em determinar pautas e conteúdos.

De fato, o Congresso está forçando uma espécie de sistema bizarro, sem alterar a Constituição formalmente e sem informar ao eleitor, em que procura sobrepor-se à Presidência, gerando distorção na soberania do voto popular e no processo democrático.

A tendência é a tensão entre governo e Congresso aumentar e criar momentos de impasse. A ameaça de Artur Lira em não aprovar a Medida Provisória de reorganização do Poder Executivo, no início do governo Lula, é sintomática quanto a isso.

A apresentação do projeto do Marco Fiscal pelo governo representa, de fato, um veto do mercado a qualquer medida que implique revogação do teto de gastos. Joga-se no terreno do inimigo. Não é muito diferente do que ocorre com a proposta de Reforma tributária.

A estratégia do governo nesse cenário parece ser a de ampliar sua base, cedendo espaços para forças e agentes políticos que até ontem estavam contra o Partido dos Trabalhadores e davam sustentação ao governo Bolsonaro. Contradição inerente ao sistema político.

O Governo tem, portanto, evitado maior atrito com o Congresso, circunstância que dá sobrevida ao sistema político de 1988, retroalimentando todos os seus vícios e limitações.

De um lado temos a necessidade de mudanças profundas da realidade brasileira, a urgência de rever diversos retrocessos implementados, particularmente, pelos Governos Temer e Bolsonaro, de outro temos um Congresso que cobrará cada vez mais caro pela governabilidade limitada do Governo Lula.

Estamos diante de uma verdadeira encruzilhada política e constitucional.

UMA LUTA DO POVO

Por óbvio, o Congresso não tem o menor interesse em modificar as regras atuais do sistema político, salvo para aprofundar seu traço oligárquico ou fazer alterações restritas.

Uma das saídas poderia ser a mobilização popular com a realização de referendo ou plebiscito, mas essa via está praticamente fechada pela Constituição de 1988. Pelo texto constitucional somente o Congresso pode acionar os mecanismos de democracia direta (realização de consultas populares).

A Constituição prevê a possibilidade de iniciativas populares somente em matéria legislativa. Dessa forma, é possível coletar apoios populares apenas para a apresentação de projetos de lei perante a Câmara dos Deputados. O destino desses projetos, sua aprovação ou não, depende da vontade do Congresso. Trata-se, como se observa, de um poder muito limitado. Essa regulação da Iniciativa popular na Constituição de 1988 reforça o perfil oligárquico de nossa democracia (hegemonia da representação parlamentar). A Constituição silencia quanto a possibilidade de iniciativas populares para a propositura de emendas constitucionais, convocação de referendo, plebiscito e procedimento de revogação de mandatos.

Por essa razão, devemos entender que uma Reforma que aprofunde e radicalize a democracia terá que ter por fundamento o debate e a participação popular ampla.

A proposta de um plebiscito para convocação de uma Constituinte exclusiva para reforma do sistema político, apresentada pelo governo Dilma em resposta às mobilizações de junho de 2013, seguia exatamente essa linha.

Vale repetir, os atuais integrantes do Congresso não terão qualquer interesse em modificar o sistema político.

A Constituição só poderá ser alterada, de maneira legítima, por um órgão com alta densidade democrática e que não esteja atrelado à velha ordem.

Não se trata de querer uma Constituinte amanhã pela manhã, mas de reconhecer esse horizonte político como incontornável e necessário. Vale lembrar que 6o Congresso do PT (2017) retomou bandeira da Constituinte em resolução.

UMA CONSTITUINTE VERDADEIRAMENTE SOBERANA

A Constituinte de 1987-88 foi composta pelos membros da Câmara e do Senado, conformando um Congresso Constituinte. O que precisamos hoje é de uma Constituinte de verdade,

isto é, Soberana, para alterar as instituições políticas, portanto, sem subordinar-se a elas (Congresso, STF e Presidência).

O conteúdo da reforma política para tanto deve abarcar alguns temas, por exemplo: voto em lista pré-ordenada (cada partido decide em que ordem coloca trabalhadores, negros, mulheres, LGBT etc.); cota de cadeiras indígenas na Constituinte; proporcionalidade direta (um cidadão ou cidadã = um voto) e financiamento público exclusivo de campanhas políticas.

Para enraizar-se na massa do povo, a bandeira da Constituinte deve estar sempre associada às necessidades concretas dos trabalhadores, do povo e da democracia. Deve ter no seu horizonte, questões tais como a revogação da Reforma Trabalhista; uma estrutura tributária que taxe efetivamente os ricos, os bancos e as multinacionais (diferente da atual "reforma"); a reforma agrária, a demarcação de todas as terras indígenas e a titulação de todos quilombos; a volta do monopólio estatal do petróleo, a reforma militar (artigo 142 sem GLO, desmilitarização das PMs); a reforma do sistema de Justiça no sentido de sua democratização e transparência; a garantia de verbas suficientes para a educação pública, e assim por diante.

Não há outra conclusão a tirar do balanço dos seis primeiros meses: uma Assembleia Constituinte, com a liderança do presidente Lula nesse debate, não há outro caminho!

★★★★★★

UMA REFORMA TRIBUTÁRIA PARA COLOCAR O POBRE NO ORÇAMENTO E O RICO NO IMPOSTO DE RENDA!

Contribuição de Alcides Pinto e Alberto Handfas

Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – coordenadoria de seguridade social -, o Brasil está entre os dez países mais desiguais do mundo. (Agência Senado, em 12/03/2021).

Para se ter uma ideia de quantidade, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística apresentou os seguintes resultados: "Em 2021, considerando-se as linhas de pobreza propostas pelo Banco Mundial, cerca de 62,5 milhões de pessoas (ou 29,4% da população do país) estavam na pobreza. Entre estas, 17,9 milhões (ou 8,4% da população) estavam na extrema pobreza. Foram os maiores números e os maiores percentuais de ambos os grupos, desde o início da série, em 2012." (Agência de Notícias – Síntese de Indicadores Sociais, em 05/12/2022).

O relatório de desigualdade mundial de 2022 – elaborado pelo Laboratório da Escola de Economia de Paris – confirma que 1% dos brasileiros mais ricos são donos de metade da riqueza nacional, enquanto a metade dos brasileiros mais pobres detém menos de 1% da riqueza.

Boa parte desta desigualdade obscena é causada pela perversamente injusta regressividade da estrutura tributária no país: quanto mais rico, menos se paga impostos como proporção da renda e da riqueza. No Brasil, mais de 50% da carga tributária advém de impostos indiretos, sobretudo aqueles que incidem sobre o consumo da cesta básica (contra 17% nos EUA). E menos de 25% de tal carga advém de impostos diretos sobre renda, lucros, propriedade e ganhos de capital (contra 65% na Dinamarca, 62% na Nova Zelândia, 59% nos EUA ou 52% na Coréia do Sul).

Assim, pessoas que recebem até 2 salários-mínimos, comprometem mais da metade de sua renda com impostos (no caso, indiretos, que pagam simplesmente ao comprar os bens da

cesta básica). Já o seleto grupo de 20 mil pessoas que recebe mais que 320 salários-mínimos pagou apenas 5,25% de imposto de renda em 2021 (segundo o Sindifisco Nacional). Isso porque a renda dos mais ricos é recebida na forma de lucros e dividendos, isentos de tributação desde 1995, como veremos adiante.

UMA HISTÓRIA DE REGRESSIVIDADE TRIBUTÁRIA

O sistema tributário brasileiro sempre foi historicamente um dos mais regressivos do mundo, herança de uma sociedade com enormes desigualdades em que as classes dominantes, concentradoras das riquezas e da renda, lograram manter instituições de Estado profundamente antidemocráticas, herdadas do passado colonial e escravagista do país. Eventuais avanços, mesmo que limitados, de progressividade tributária resultantes das pressões dos movimentos sociais foram sempre revertidos na sequência por tais instituições reacionárias.

Com o Golpe de 1964, os governos militares, rebaixaram as faixas superiores de tributação da tabela de imposto de renda (que, antes do golpe, chegou – por um curto período – a cobrar 65% da renda dos mais ricos). Da Constituinte de 1988 até o final daquela década, as alíquotas superiores foram ainda mais reduzidas e a arrecadação passou a depender cada vez mais de impostos indiretos e regressivos. Ademais, a cobrança deles se dava em cascata e na origem (nos estados mais industrializados) e não no destino (onde os bens são consumidos), aprofundando a concentração regional da renda.

O governo FHC levou tal regressividade a seu paroxismo. Com o "sucesso" inicial do forte ajuste fiscal (corte de gastos) que preparou a implementação do Plano Real em 1994, seu governo se sentiu à vontade para aliviar a cobrança do IRPF. E aproveitou para aprovar uma reforma do IRPJ (imposto de renda às empresas) em 1995 (Lei 9249) que reduziu a alíquota sobre o lucro tributável de 43% a 25%, aliviando mais acentuadamente faixas superiores de lucro.

Pior: a nova lei passou a isentar de Imposto de Renda as remessas de lucros e dividendos de multinacionais estrangeiras ao exterior, uma renúncia tributária acumulada de cerca de US$ 110 bi. Algo que só acentuou a evasão fiscal por meio de remessas ao exterior que já vinha sendo praticada desde a profunda desregulamentação financeira, cambial e de fluxos de capitais decorrentes da liberalização – abandono completo de qualquer controle – de fluxo de capitais internacionais (implementada em parte por Collor e sobretudo por FHC). Transferências a paraísos fiscais em contas "offshore" (visando evitar pagamento de impostos) tornaram-se prática corrente entre bilionários, grandes empresários e grandes especuladores financeiros em geral. Grandes empresas (nacionais e multinacionais) passaram a se utilizar de tais contas "offshore" para – por intermédio de artifícios contábeis – fugir do fisco.

A mesma lei ainda autorizou empresas a deduzirem, supostamente como "despesa financeira" (fictícia) para o cálculo do lucro tributável pelo IRPJ e pela CSLL, a distribuição de lucros por elas feita para seus acionistas na forma de "Juros sobre o Capital Próprio" (JCP). Com tal dispositivo, o setor bancário, por exemplo, conseguiu reduzir a carga tributária total sobre seu trilionário lucro nos últimos 10 anos a um mísero 14,3% (quando as alíquotas máximas somadas do IRPJ e CSLL seriam 34%). Os acionistas receberam metade dos lucros das instituições financeiras na forma de JCP, livre de impostos (de acordo com estudo do prof. Paulo Pêgas/Fipecafi).

E, por fim, a lei de FHC isentou de IR os lucros e dividendos aos acionistas de empresas brasileiras ou estrangeiras. Foi uma das maiores renúncias de impostos sobre renda (do 0,5% mais rico) feitas na história.

Enquanto isso, as altíssimas taxas de juros (usadas para atrair dólares, a "âncora do real")

fizeram a dívida pública quase triplicar em termos reais durante os dois mandatos de FHC (1995-2002). Para "fechar o buraco", novos ajustes fiscais (com cortes de gastos sociais) passaram a ser combinados com aumentos ainda mais abusivos da carga tributária sobre os mais pobres – tanto com elevação (e criação de novos) impostos indiretos, quanto com elevação da alíquota real paga pelas faixas inferiores do IRPF (já que sua tabela passou a ficar sistematicamente defasada frente à inflação).

Hoje, um trabalhador que ganha R$ 4.7 mil precisa pagar o mesmo percentual (27,5%) de imposto sobre sua renda à pessoa física que um magnata bilionário, mas na prática este último paga muito menos, já que seu rendimento na forma de lucro/dividendo é isento de tributação. Além, é claro, do magnata dispor de vários outros instrumentos de evasão (paraísos fiscais).

Isso tudo, para não mencionar a nunca tocada proteção ao grande latifúndio (hoje também conhecido pela alcunha de agronegócio). O ITR (imposto sobre propriedade rural) segue sendo extremamente reduzido, representando 0,1% da arrecadação tributária federal. Isso, sabendo-se que tal agronegócio emprega pouco, gera enormes danos ambientais e é extremamente lucrativo – sendo responsável por 23% do PIB e 46% das exportações.

QUAIS MUDANÇAS TRIBUTÁRIAS INTERESSAM AO POVO?

Nestas condições, o povo pobre e carente de serviços públicos necessita que os mais ricos sejam muito mais tributados, simples assim!

Desde 1988, a Constituição do Brasil prevê a instituição do Imposto sobre as Grandes Fortunas, até hoje não criado, devido à obstrução permanente dos representantes dos próprios super-ricos no Congresso Nacional. Ao longo do tempo, conseguiram aprovar diversas medidas de esvaziamento da progressividade da tributação, como visto acima.

Conforme o Instituto de Justiça Fiscal, diversos projetos de lei – que contam com o apoio de parlamentares do PT, PCdoB, PSOL, PDT, PSB e Rede, e de centenas de entidades sindicais e populares -, foram protocolados na Câmara dos Deputados, em 02/09/2021. Trata-se da campanha **Tributar os Super-Ricos**:

- ★ Projeto de Lei ordinária para correção das distorções do Imposto de Renda das Pessoas Físicas (IRPF) – revogação da isenção dos lucros e dividendos distribuídos, fim da dedução dos juros sobre o capital próprio, elevação do limite de isenção para baixas rendas e criação de nova tabela de alíquotas progressivas;
- ★ Projeto de Lei complementar para instituição do Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF) para riqueza de pessoas físicas que ultrapassarem R$ 10 milhões;

  Projeto de Lei ordinária para elevação da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) do setor financeiro e do setor extrativo mineral;
- ★ Projeto de Lei ordinária para criação da Contribuição Social sobre Altas Rendas das Pessoas Físicas (CSAR), incidindo sobre rendas anuais que ultrapassarem R$ 720 mil;
- ★ Projeto de Lei complementar para retirar da composição dos tributos sobre as microempresas e empresas de pequeno porte, o IRPJ e a CSLL relativamente às faixas de receitas inferiores a R$ 360 mil anuais;
- ★ Projeto de Lei ordinária para instituição de Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE-Agrotóxico) incidente sobre a produção e importação de agrotóxicos e afins.

Mas, a questão que se coloca é: como aprovar tais projetos, que atendem aos anseios da grande maioria da população, na atual composição do Congresso Nacional, a mais reacionária das últimas décadas? O Centrão, com apoio da mídia, dos ruralistas e do grande capital, já anunciou que pretende votar já em julho de 2023 uma "reforma" (PEC-45) que se limita a "simplificar" os impostos sobre consumo (criando um único Imposto de Valor Agregado federal/estadual-municipal). Não se tocará na questão da progressividade (imposto sobre rendas e fortunas); tema, que o ministro Haddad – por pressão do Centrão – acabou aceitando em deixar para uma outra lei a ser discutida depois. Duvidoso achar que, apenas após aprovar (já em julho) o que quer, a maioria reacionária do Congresso se disporá a votar uma reforma progressiva. Só o povo na rua pode destravar essa situação.

ORGANIZAR A MOBILIZAÇÃO UNIFICADA

É necessário unir todas as forças vivas do povo trabalhador para que o governo Lula cumpra seu mandato! É preciso denunciar, explicar, discutir e organizar uma mobilização unificada, reafirmando os compromissos da campanha eleitoral de 2022. Uma campanha nas ruas para retirar das costas da maioria do povo trabalhador o grosso da carga tributária, fazendo os bilionários e especuladores pagarem mais impostos; o que garantirá inclusive mais receitas aos serviços públicos de maneira a colocar definitivamente o pobre no orçamento. Receitas que, por outro lado, não podem ser limitadas (e desviadas para o pagamento dos juros da dívida pública) por regras como as contidas no Teto Temer, ou mesmo no Novo Arcabouço Fiscal que o Congresso está aprovando.

Será com esta mobilização popular para defender e recuperar os direitos sociais, que abriremos o caminho do desenvolvimento nacional, com a criação de novas instituições políticas verdadeiramente baseadas na soberania popular.

★★★★★★

CRIAR EMPREGOS, RECONSTRUIR OS SERVIÇOS PÚBLICOS E VARRER O ENTULHO DE TEMER E BOLSONARO: É O QUE O POVO ESPERA DE UM GOVERNO DO NOSSO PARTIDO

Contribuição de Marcelo Carlini e Paulo Farias, dirigentes da CUT-RS e membros do DAP, sobre a necessidade de revogação das contrarreformas feitas depois de 2016

Não é pequeno o estrago deixado para trás pelos governos Temer e Bolsonaro. A estimativa de desemprego mensal (PNAD/IBGE) chegou a rondar a taxa de 15%. Os empregos criados, por sua vez, são em grande parte precários e com baixa remuneração. O número de informais ultrapassou o número de trabalhadores com carteira assinada. Para além das estatísticas oficiais, nas pequenas e grandes cidades é evidente o empobrecimento da população.

As denúncias de trabalho análogo à escravidão que pipocam em todo o Brasil, por sua vez, só não são maiores porque a rede de fiscalização, já pequena, foi desmontada pelos efeitos da EC 95/2016 (Teto de Gastos) e pela conivência dos governos com as formas mais brutais de exploração.

A série de "reformas", na verdade, contrarreformas, após golpe de 2016 geraram uma tragédia social que o governo do nosso partido deve reverter. Diferente da promessa de geração de empregos, a reforma trabalhista legalizou os "bicos" e dificultou o acesso à Justiça do Trabalho, resultando numa queda vertiginosa de reclamações trabalhistas. O trabalho intermitente disparou e uma massa de trabalhadores recebem menos de um salário mínimo. O teto de gastos sufocou os serviços públicos em detrimento do pagamento dos juros da dívida e os rentistas. Entre 2017 e 2023, o número de servidores federais despencou de 634.157 para 555.536, ou seja, quase 79 mil servidores a menos.

Resultado da informalidade e da precarização, o PNAD/IBGE estima que mais de 35 milhões de brasileiros não tem proteção social nem perspectiva de aposentadoria na velhice, resultado trágico da reforma da previdência. Também o PNAD/IBGE estima em 31 milhões de pessoas que passam fome, 9 milhões de desempregados e 4 milhões de desalentados (pessoas que desistiram de procurar emprego porque não tem esperanças de que irão encontrar).

LIRA NÃO QUER, OS TRABALHADORES PRECISAM. NOSSO GOVERNO PRECISA ALAVANCAR A LUTA SOCIAL.

Não é pequena a tarefa de reconstruir o Brasil e avançar nas mudanças adiadas mesmo durante o governos do PT. A vitória de Lula, fruto da dura batalha travada pelo povo brasileiro, não resolveu (nem seria possível naquele momento) a podridão das instituições. O "pior congresso da história" tem raízes nas emendas do orçamento secreto de Bolsonaro, da autoperpetuação dos mandatos e nas regras distorcidas do sistema eleitoral. Mas não é apenas isso, o assédio eleitoral empresarial (sem punição até hoje), o derrame de verbas eleitoreiras turbinaram a escalada do agronegócio, dos empresários, da bancada da bala e todo tipo de escória que ousa dizer que representa o povo.

Arthur Lira (PP/AL), presidente da Câmara dos Deputados, é produto disso. Sentou em centenas de pedidos de impeachment de Bolsonaro enquanto milhares morriam sem assistência durante a pandemia. Não faltaram escândalos que justificassem o fim deste governo, antes de 2022, mas Lira o manteve. Este é o mesmo deputado que chantageia o governo e promete não deixar passar nenhuma mudança nas "reformas" trabalhista, da previdência, no marco do saneamento e na independência do Banco Central. Não é uma surpresa, portanto, o avanço do marco temporal e do tratoraço do agro.

Dentro do jogo de interesses deste congresso, com minoria parlamentar, é impossível fazer valer a vontade do povo que subiu a rampa do Palácio do Planalto. Por isso, a mobilização social, alavancada pelo governo e pelos movimentos sociais é a via para desobstruir os obstáculos para o cumprimento do mandato que recebemos.

Não é a via do arcabouço fiscal, da limitação de investimentos e da manutenção do gasto com a dívida pública que vai permitir retirar milhões da fome, do desemprego e da desesperança. O arcabouço engessa o investimento para níveis abaixo dos governos Lula e Dilma. Não é coincidência que o presidente do BC, sabotador da economia, comemora o texto.

Os sindicatos e a CUT devem levantar suas reivindicações afastando a política de colaboração capital/trabalho, nosso governo deve alavancar a pauta da classe para abrir a via da remoção do entulho deixado por Temer e Bolsonaro, é o que o povo espera.

★★★★★★

A QUESTÃO MILITAR

O DAP de Alagoas ouviu o coronel da Polícia Militar Luciano Antônio da Silva, que é Coordenador nacional do Movimento Policiais Antifascismo e coordenador do Setorial de Segurança Pública do PT Alagoas

VOCÊ QUE PARTICIPOU DA EQUIPE DE TRANSIÇÃO DO GOVERNO LULA, COMO SE DEU A DISCUSSÃO SOBRE AS POLÍCIAS MILITARES E EM PARTICULAR SOBRE A DESMILITARIZAÇÃO DAS PMS? ESSA É UMA PAUTA DO MOVIMENTO DOS POLICIAIS ANTIFASCISTAS?

Luciano – Sim, fui indicado, através de publicação no Diário Oficial da União (DOU), para participar como integrante do Grupo de Transição Justiça e Segurança Pública.

Em Janeiro de 2023, estive em Brasília, convocado para participar de uma Reunião do GT Justiça e Segurança Pública, com outros companheiros e companheiras, também convocados, no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB). Reunião essa liderada pelo Deputado Federal pelo PT de SP Paulo Teixeira (além do Senador Flávio Dino, que não pode comparecer à reunião, por outra atividade prevista).

Fui representando o Movimento Policiais Antifascismo, do qual sou integrante, juntamente com os companheiros Delegado Orlando Zaccone, da Polícia Civil do Rio de Janeiro e o PRF Fabrício, atualmente, destacado na Superintendência de Goiás.

O Movimento Policiais Antifascismo preparou, em discussão com seus integrantes, um rol de propostas para a Segurança Pública. Ele foi lido na Reunião do GT, no CCBB, para mais de 40 integrantes do GT Justiça e Segurança Pública, na presença do Deputado Federal Paulo Teixeira, que após ser feita a leitura, foi-lhe dado uma cópia física, encadernada, com todas as propostas da área.

Dentre as proposta apresentadas está a de desmilitarização das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares no Brasil, pelo motivo do Movimento entender que o atual modelo de segurança pública no Brasil é ultrapassado e não atende às necessidades da sociedade brasileira, sendo a desmilitarização, uma das propostas matriz do movimento, é claro, ouvindo todas as partes interessadas no tema. A desmilitarização das polícias militares e corpos de bombeiros do Brasil está presente em um dos documentos básicos de criação do Movimento Policiais Antifascismo no Brasil, que é o nosso Manifesto, lá está escrito: " a desmilitarização da segurança pública se coloca como uma pauta urgente. Somos contra a participação das Forças Armadas em ações de segurança e defendemos a desvinculação das policiais militares estaduais como forças auxiliares do Exército."

APESAR DO FIM DA DITADURA MILITAR, PERSISTE A TENTATIVA DAS FORÇAS ARMADAS DE TUTELAR A POLÍTICA NACIONAL. BOLSONARO ATÉ ALEGAVA O ARTIGO 142 PARA JUSTIFICAR ESSA PRETENSÃO. QUAL A SUA OPINIÃO SOBRE O ARTIGO 142 E COMO O GOVERNO LULA DEVE ENFRENTAR ESSA QUESTÃO?

O Movimento entende que a militarização das polícias militares e corpos de bombeiros militares é produto do regime ditatorial militar pós-64, que é um modelo policial que não se adequa ao regime democrático e não encontra parâmetro em nenhuma democracia mundial, sendo um modelo anacrônico, ultrapassado e que não atende à sociedade brasileira.

Por isso, o movimento pugna por um sistema policial de modelo civil, democrático, cidadão e antirracista, e que tal modelo seja amplamente discutido por toda a sociedade, inclusive pelos policiais, antes de sua implantação. O Artigo 142, da Constituição Federal do Brasil dis-

põe que: "As Forças Armadas constituídas pela Marinha, Exército e Aeronáutica, são instituições nacionais e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

★★★★★★

CONTRIBUIÇÃO SOBRE O TRABALHO NO CAMPO

Juanito Vieira, Sebastião Farinhada, Italo, Gilson Rodrigues, Renata, Fernanda
Esse texto é fruto do debate realizado na reunião do DAP ocorrida em 27/06 com companheiras/os das cidades de Divino, Espera Feliz, Lajinha e Manhumirim na zona da mata mineira. A reunião contou com trabalhadores da agricultura familiar e da agroecologia que decidiram enviar uma contribuição ao Encontro nacional do DAP e retirou como delegado o companheiro Daniel de Lajinha. Para facilitar a discussão e construção do texto foram feitas três perguntas para iniciar o debate das pautas do campo e a partir daí pedimos a seis companheiros de diversos movimentos para colaborarem com o debate.

O PRESIDENTE LULA AFIRMA QUE A PRIORIDADE DO GOVERNO É ACABAR COM A FOME, QUE ATINGE ATUALMENTE 33 MILHÕES DE BRASILEIRAS E BRASILEIROS. NESSA PERSPECTIVA, COMO PODEMOS AVALIAR AS AÇÕES DE ESTÍMULO À PRODUÇÃO DO CAMPO COM FOCO NA CRIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR COMO INSTRUMENTO DE ENFRENTAMENTO A FOME NESSES PRIMEIROS 6 MESES DE GOVERNO?

Renata (agricultora familiar da cidade de Divino/MG): Nesses 6 primeiros meses o governo federal deu indicações importantes, mas tem nada pronto ainda. Existe muitas políticas discutidas com os movimentos de agricultura familiar e agroecologia e nossa expectativa é que elas comecem a ser implementadas a partir do segundo semestre. A prioridade em acabar com a fome no Brasil abre espaço direto para o estímulo da produção de alimentos saudáveis e sem exploração do trabalho, principalmente da juventude e das mulheres – a esperança é muito grande. Para que tudo isso aconteça é preciso de políticas públicas que garantam a permanência dos agricultores e agricultoras no campo com foco sustentável e acessível. A implementação dessas políticas exige recursos e diálogo com os povos da terra, das águas, da floresta, da juventude e, principalmente, com as mulheres. Na nossa região da Zona da Mata mineira estamos buscando reforçar o polo agroecológico com diversas ações focadas nas mulheres, principalmente na geração de renda, nas microindústrias de pequenos produtos processados como instrumento de ampliação de mercado para os produtos do campo e o governo precisa dar apoio para esse projeto. Outro importante para o campo é a discussão das ameaças que a agricultura familiar sofre, em particular o transgênico, agronegócio, os venenos e maior, na minha opinião, é a mineração que vem com objetivo de tomar nossas terras e tirar de nós o direito de plantar. A mineração está cada vez mais forte e coloca o nosso bem viver em jogo. Hoje na Serra do Brigadeiro temos um comitê de enfrentamento a mineração que atua desde 2018/2019, mas que carece de apoio para impedir a destruição do nosso território, onde tem mineração já instalada não tem vida é só exploração.

Fernanda (Presidenta do Sindicato dos Trabalhadoras/es Rurais de Espera Feliz – MG): Avalio positivamente as políticas do governo Lula para a agricultura familiar nesses primeiros 6 meses. Destaque para as políticas de combate a fome, mas, também, a elevação de 30% para 39% da porcentagem de compra do PNAE – Fundo Nacional de Alimentação Escolar – para a agricultura familiar, que permite um aumento de mercado para os/as produtores/as do campo e a oferta de uma alimentação de melhor qualidade para nossos filhos. O plano Safra da agricultura familiar, anunciado no final de junho, garantiu 71,6 de crédito para o PRONAF e somado a outras políticas de compras públicas, assistência técnica e extensão rural, Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio), Garantia-Safra e Proagro Mais o valor chega a R$ 77,7 bilhões. Esse valor é 34% maior que o disponibilizado no ano anterior. Isso tudo qualifica o nosso trabalho. Gostaria de destacar ainda a aprovação da lei Paulo Gustavo que disponibiliza recursos para a cultura, que é uma demanda significativa e importante para o trabalhador/a do campo. Outro ponto de destaque é a volta do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que abriu diálogo com o movimento da agricultura familiar. Hoje temos espaço para apresentar nossas pautas, como o crédito fundiário, habitação e precisamos que essas demandas cheguem ao povo do campo.

SEGUNDO A COMISSÃO PASTORAL DA TERRA EM 2022 HOUVERAM 2.018 CONFLITOS NO CAMPO, UM INCREMENTO DE 10,39% SE COMPARADO COM 2021. OUTRO DADO IMPORTANTE PARA DISCUTIR A SITUAÇÃO DO CAMPO FOI DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO QUE REGISTROU, SOMENTE NO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2023, O RESGATE DE 918 TRABALHADORES EM SITUAÇÃO ANÁLOGA A ESCRAVIDÃO NO BRASIL, SENDO A MAIORIA ESMAGADORA NO CAMPO. QUAIS AÇÕES POLÍTICAS SERIAM NECESSÁRIAS PARA COMBATER ESSA SITUAÇÃO?

Waldeci – coordenador da CPT-MG e Ítalo – Conselho Estadual da CPT: Para erradicar os conflitos no campo é necessário: 1) A Reforma Agrária; 2) A demarcação e titulação dos territórios dos Povos Originários, dos Povos e Comunidades Tradicionais; luta contra o Projeto do Marco Temporal); Condenação dos executores (pistoleiros) e mandantes de violência/assassinatos de camponeses/as e lideranças das pastorais do campo, lideranças sindicais e de movimentos sociais de luta pela terra. Que seja crime inafiançável e imprescritível. Para combater o Trabalho Escravo é necessário: Manter a Lista Suja do Trabalho Escravo; Implantação do fluxo de atendimento as vítimas de Trabalho Escravo nos estados e municípios; Que seja regulamentada e praticada a emenda constitucional nº 81, de 5 de junho de 2014, que estabelece expropriação de terras para fins de reforma agrária de terras que sejam localizadas exploração de trabalho escravo; Realização de Concurso Público para Auditores/as Fiscais do Trabalho; Aprovação do 3º Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo; Criação de Planos Estaduais e Municipais de Erradicação do Trabalho Escravo; Criar políticas públicas para erradicar o Ciclo do Trabalho Escravo.

SABEMOS QUE A LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA É UM PONTO CENTRAL PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO A TERRA E GARANTIA DE DIREITOS DOS TRABALHADORES DO CAMPO E DOS POVOS ORIGINÁRIOS. QUAL SERIA O GRANDE DESAFIO DO ATUAL GOVERNO LULA PARA GARANTIR A AMPLIAÇÃO DO ACESSO À TERRA?

Farinhada (militante do movimento negro quilombola e violeiro da cidade de Manhu-

mirim/MG): O grande desafio é fazer o que os outros governos não fizeram, ou seja, uma Reforma Agrária popular. O Brasil foi um dos últimos países a abolir a escravidão e sempre a prioridade esteve na ampliação do latifúndio e isso gerou o agronegócio. As comunidades e povos originários ficam imprensados em seus territórios. A maior dificuldade dos povos tradicionais hoje é a posse da terra. Eu penso que o governo precisa olhar para nossa história e corrigir esse erro. A questão da fome é outro ponto central no Brasil, a maioria da população em situação de fome é de pretos e pardos. Para começamos a reverter essa situação precisamos que o governo faça a Reforma Agrária, demarque as terras indígenas e garanta a titulação dos quilombos. Dessa maneira, as populações mais vulneráveis poderão produzir alimentos saudáveis e combater de maneira estrutural a fome que assola nosso país. Além da questão da terra e do combate à fome é preciso garantir direitos ao povo do campo. É preciso reforçar a criação de escolas do campo que garanta uma educação de qualidade. Eu como um homem negro estudei em uma escola na cidade de Divino/MG que tem nome de coronel e os meus irmãos mais velhos estudaram em outra que fica no porão de uma fazenda. A educação no campo é um espaço de construção de consciência sobre lugar de origem e dos direitos do povo negro, indígena e dos mais pobres e ela pode fazer isso porque está diretamente ligada a vida desses jovens. Atualmente em diversos municípios há uma pressão para fechar essas escolas do campo devido a municipalização do ensino e isso tem que ser impedido e espero que o MEC assuma essa luta junto conosco. É importante registrar que as comunidades do campo sofrem com ausência de políticas públicas que precisam ser enfrentadas pelo nosso governo Lula.

Gilson Rodrigues (Assentado da Reforma Agrária em Tumiritinga- Vale do Rio Doce MG): É preciso tirar a reforma agrária do discurso e transformá-la em realidade no Brasil. Para isso, é preciso enfrentar o latifúndio e lutar para garantir políticas de estímulo a produção familiar, que permita ao homem do campo ter condições de produzir e viver dignamente com sua família. O governo Lula precisa garantir a posse coletiva da terra para os assentados da Reforma Agrária. Durante o governo Bolsonaro o foco era a distribuição de títulos individuais o que na nossa visão representa um retrocesso. Outro fator importante é a necessidade dos assentados terem acesso a políticas de estímulo a produção, como por exemplo infraestrutura, saneamento básico, assistência técnica e recursos para investir em maquinário e em agro indústria, para que ele possa garantir produtividade e, dessa maneira, permanecer na terra. Falta de apoio nos últimos anos contribuiu para os assentamentos fossem infestados por pessoas que ameaçam a nossa própria vida e de nossas famílias. Por último, é preciso combater o trabalho escravo no campo, o que exige fiscalização e resgate, mas o mais importante para evitar que trabalhador volte a ser resgatado é necessário que ele seja encaminhado para um assentamento de reforma agrária e tenha acesso a políticas de estímulo à produção, à educação e saúde. Além disso, é preciso punição severa para os responsáveis pela utilização de trabalho escravo.

★★★★★★

A LUTA POLÍTICA DA COMUNIDADE INDÍGENA DO MORRO DOS CAVALOS EM SC

Contribuição de Alessan Xokleng (DAP-SC), Indigena catarinense, estudante de geopolítica e defensor dos direitos humanos

A comunidade indígena do Morro dos Cavalos, localizada na região litorânea de Santa Catarina, tem uma história de resistência e luta política pela preservação de suas tradições, cultura educação e saúde. Esta comunidade indígena tem lutado há anos pela demarcação de suas terras e pelo reconhecimento de seus territórios ancestrais. Como um povo nativo que vive neste lugar, há mais de quatro mil anos com um forte senso de conexão com a terra e seus antepassados.

A luta por uma demarcação adequada da terra é importante porque garante que a comunidade tenha o controle completo de suas terras. Sem isso, as empresas privadas poderiam facilmente tomar posse da terra, danificando o modo de vida tradicional dos indígenas. O reconhecimento do território também é crucial para que eles possam ter acesso a serviços governamentais.

Entretanto a comunidade indígena tem levantado algumas importantes reivindicações há algum tempo: o acesso adequado à saúde, educação e preservação cultural. Os moradores dessa região exigem uma assistência de qualidade, que garanta medicamentos e a presença de profissionais capacitados para atendimento de suas demandas em suas terras.

Os indígenas do Morro dos Cavalos têm tido dificuldades em receber um tratamento adequado para suas necessidades de saúde. Muitas vezes, precisam se deslocar para outras localidades em busca de atendimento, o que pode ser bastante desgastante e perigoso. Em muitos casos, os deslocamentos ocorrem sem o acompanhamento necessário, deixando a comunidade ainda mais vulnerável.

Além disso, os indígenas reclamam da falta de acesso a medicamentos e outros insumos básicos para sua saúde. Isso tem gerado uma série de complicações para a comunidade, que se vê obrigada a lidar com problemas de saúde sem ter as ferramentas necessárias para tanto.

Diante dessa situação, os indígenas do Morro dos Cavalos têm sido muito enfáticos em suas reivindicações por uma assistência educacional e saúde adequada. Eles entendem que é seu direito constitucional ter acesso a atendimento de qualidade em sua própria comunidade, e não estão dispostos a abrir mão disso.

Além da necessidade de proteger suas terras, a comunidade indígena do Morro dos Cavalos também está preocupada com a preservação de sua cultura e tradições. A terra é um elemento crucial para a manutenção de sua identidade e modo de vida, e, por isso, é fundamental que seja protegida através de instâncias judiciais.

No entanto, a luta pela demarcação de suas terras não é fácil. A comunidade tem enfrentado muitos obstáculos ao longo dos anos, incluindo ameaças de despejo, invasões de terra e abusos de direitos humanos. A situação é ainda mais preocupante, uma vez que muitos membros da comunidade são mulheres e crianças. E ainda assim, eles permanecem firmes em suas reivindicações.

Para essa comunidade, a educação é uma forma de preservar seus costumes e tradições, bem como de garantir um futuro melhor para as próximas gerações. No entanto, a falta de escolas e professores preparados para lidar com as especificidades dos povos indígenas acaba dificultando esse processo.

Além disso, as escolas que existem na região muitas vezes são de difícil acesso para a comunidade. A falta de transporte escolar adequado e de infraestrutura nas escolas acaba afastando as crianças e jovens indígenas da educação formal, o que representa uma grande perda para toda a sociedade.

Outro ponto que merece destaque é a falta de valorização da cultura indígena dentro do espaço escolar. O ensino ainda é muito voltado para a cultura ocidental, deixando de lado as particularidades e riquezas das culturas indígenas.

Por isso, é fundamental que sejam criadas mais escolas e programas de formação para professores, que sejam capazes de atender às necessidades da comunidade indígena do Morro dos Cavalos. Dessa forma, será possível garantir o direito desses povos à educação de qualidade e à preservação de sua cultura e tradições.

Diante dessa realidade, a comunidade tem reivindicado uma maior representatividade indígena dentro das esferas do poder público. Para isso, exigem a eleição de representantes indígenas para cargos políticos em todos os níveis, de modo a garantir que suas vozes sejam ouvidas e suas demandas atendidas.

Outra reivindicação importante é a criação de políticas públicas específicas, que considerem as particularidades culturais e territoriais da comunidade indígena do Morro dos Cavalos. Sem essas medidas específicas, a comunidade permanece em desvantagem e com a sensação de invisibilidade e desrespeito.

Essas demandas têm sido levadas aos poderes locais e estaduais, com a organização de manifestações e diálogos com autoridades políticas. Embora exista ainda um longo caminho a percorrer, a luta pelo reconhecimento da comunidade indígena do Morro dos Cavalos como parte da sociedade e da política brasileira é importante para garantir a justiça e a igualdade de direitos para esse grupo tão importante da nossa história.

Em resumo, a comunidade indígena do Morro dos Cavalos está lutando por um direito fundamental – a posse e controle de suas terras. Eles merecem a proteção e o respeito de seus territórios ancestrais, pois são os verdadeiros guardiões da terra e dos valores culturais. É nosso dever apoiar sua luta e garantir que seus direitos sejam respeitados e protegidos.

★★★★★★

MARCO TEMPORAL, O PL 490 É BEM PIOR DO QUE PARECE

Contribuição de Misa Boito à preparação do Encontro Nacional do DAP

No último dia sete, o Supremo Tribunal Federal (STF) retomou e em seguida suspendeu o julgamento do marco temporal em função do pedido de vista do ministro André Mendonça. Até este momento são dois votos contrários ao marco temporal, dos ministros Fachin e Moraes e um a favor, do ministro Nunes Marques. O julgamento está previsto para ser retomado em agosto. Em 30 de maio, com o protagonismo da bancada ruralista, a Câmara Federal aprovou o Projeto de Lei 490, que busca oficializar o marco temporal, que estabelece que a demarcação das terras indígenas só pode ser feita em terras ocupadas por indígenas à data de 5 de outubro de 1988, data da promulgação a Constituição, ou seja, nada antes disso é levado em conta. Além da falta de conexão com a própria Constituição de 88 (onde esta exigência não vigora) o PL ignora que há décadas, e mesmo séculos, antes da promulgação

da Constituição de 88, os povos indígenas têm sido expulsos de suas terras quer pela ação de ruralistas e garimpeiros, quer pela ação da ditadura militar. Expulsão, violência e assassinatos, é o que é oferecido aos povos indígenas. O julgamento no STF não deriva de qualquer regra constitucional, mas de uma ação do governo de Santa Catarina contra a demarcação de terras dos povos Xokleng, Kaingang e Guarani, no Alto Rio Itajaí, sob a alegação de que estes povos não estavam nas terras em 1988. Até para constranger o STF, os ruralistas se apressaram em aprovar o PL 490. Mas não param aí. Segundo matéria publicada no Valor Econômico (13/6) "o governo tem sofrido pressão da bancada ruralista (...) para analisar com 'mais cautela' processos que já estavam prontos para homologação". "Mais cautela" quer dizer: parem com isso. A demarcação de terras indígenas foi um dos compromissos da campanha do Lula que, já no início do mandato, homologou algumas demarcações. Parte desta ofensiva foi o esvaziamento, pelo Congresso, do Ministério do Povos Indígenas, retirando dele a própria Funai, a Fundação Nacional dos Povos Indígenas!

PL 490 VAI MUITO ALÉM DO MARCO TEMPORAL

Por si só o marco temporal é um ataque aos povos indígenas. Mas o PL 490 não para aí. Vai além, e numa direção que ameaça de genocídio os povos originários. Entre outras coisas ele prevê:

- ★ A permissão de contato com indígenas isolados para "intermediar ação estatal de utilidade pública". Vago e amplo, estabelece que o contato pode ser feito por "entidades particulares, nacionais ou internacionais", como por exemplo, missões religiosas.
- ★ A proibição de ampliação de terras já demarcadas, para corrigir erros ou abusos do passado oriundos da pressão do poder econômico, o que deve obstruir os processos em andamento, pois terão que se adequar à nova lei.
- ★ A retomada dos territórios indígenas caso ocorra "alteração dos traços culturais da comunidade", o que permite que um governante julgue que uma comunidade indígena deixou de parecer suficientemente indígena e peça a terra de volta.
- ★ A dispensa de consulta prévia dos indígenas para instalação de bases militares, construção de rodovias, ferrovias e hidrovias e hidrelétricas. Sem consulta e até mesmo sem a concordância dos povos que vivem nessas áreas. Como se vê, neste Congresso prevalece a linha vocalizada por Ricardo Salles – ex-ministro do Meio Ambiente do governo anterior e hoje relator da CPI contra ao MST- de passar a boiada.

★★★★★★

QUEM PROMOVE A GUERRA?

Não é só os povos indígenas que estão na mira. Os trabalhadores rurais sem-terra são alvos da ofensiva. A CPI contra o MST instalada na Câmara visa intimidar o movimento e acuar o governo. Em declaração dada no último dia 13, o presidente Lula afirmou que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra não vai mais precisar invadir propriedades durante o seu governo e que não será necessário "ter guerra", porque, segundo ele, seu governo fará a reforma agrária. Que a faça! Afinal é a única forma de dar um basta à guerra promovida pelos latifundiários contra as famílias que querem terra para trabalhar e sobreviver. Reforma agrária e demarcação de terras indígenas, sem ceder a pressões de ruralistas, mineradoras, madeireiros etc., que promovem a violência no campo e na floresta.

EDUCAÇÃO: DESTRUIÇÃO E RECONSTRUÇÃO

Contribuição do grupo de base do DAP do Renova Andes, agrupamento sindical de docentes universitários, em oposição à atual direção da entidade da categoria
Eudes Baima (professor da Universidade Estadual do Ceará), Michel Costa (professor da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte)

O desmonte de Bolsonaro na educação alcançou proporções inéditas. Foi parte de uma estratégia de "redução do tamanho do Estado", que já se conhecia deste as gestões de FHC, mas numa dimensão muito maior e em menos tempo.

Os recursos da educação, foram caindo ao longo dos quatro anos do governo, passando de R$ 126 bilhões em 2019 para R$ 118 bilhões em 2022, numa área já subfinanciada. No todo, o MEC teve 20% de suas verbas cortadas e o MCT, 44%. Entre 2014 e 2022, as verbas caíram de R$ 150,3 bilhões para R$ 118,4, o nível mais baixo em 10 anos, em 2021, sob Bolsonaro.

GASTOS COM EDUCAÇÃO 2010-2021

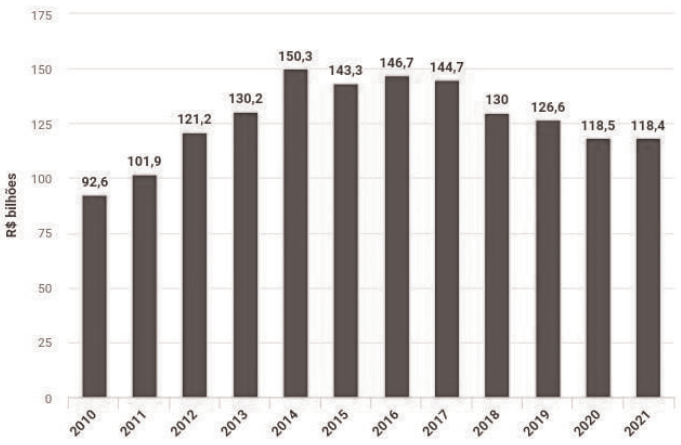
Na reta final do governo, para fazer caixa para as medidas eleitoreiras, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), responsável por programas de merenda escolar e livro didático, teve corte de 32% em 2022, e as universidades federais perderam 25%.

Por outro lado, Bolsonaro aplicou a contrarreforma do Ensino Médio que desidratou e desorganizou os currículos, atacou a carreira docente, expulsou das escolas os estudantes que trabalham e, se mantida, provocará um alargamento enorme do abismo entre jovens das classes médias altas e aqueles advindos das camadas populares. A reconstrução da educação exige a revogação do "novo ensino médio".

A tarefa de reconstrução da educação é imensa. Um primeiro passo foi dado, em abril, quando Lula anunciou R$ 2,44 bilhões para recompor os orçamentos das universidades, institutos federais e CEFETs. Obviamente esta medida é positiva, mas insuficiente, e portanto, precisa seguir até atingir os níveis de investimentos anteriores ao golpe de 2016.

Aqui, é muito preocupante a adoção do chamado "novo arcabouço fiscal" que, conforme o texto saído da Câmara, coloca sob o teto de 2,5% as verbas da educação e, gravíssimo, as verbas vinculadas, como as do FUNDEB.

Despesas efetivadas, incluindo restos a pagar, corrigidas pela inflação (em R$ bilhões)



Fonte: Inesc, com base em dados do portal Siga Brasil

★★★★★★

A LUTA PELO PISO SALARIAL DA ENFERMAGEM

Contribuição de Rosângela Barbosa (Coletivo da Enfermagem da Bahia) e Paulo Riela (Diretório Estadual do PT Bahia e Comitê Nacional do DAP)

Depois de mais de 30 anos de luta da maior categoria da saúde no Brasil nasceu o PL 2.564/2020 de autoria do Senador Fabiano Contarato que foi aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado pelo Inelegível que vetou o reajuste anual pelo INPC. A Lei 14.434/2022 estabelece o Piso salarial da Enfermagem e determina o valor de R$ 4.750 para Enfermeiras, R$ 3.325 para Técnicas de Enfermagem e R$ 2.375 para Auxiliares e Parteiras.

Essa vitória foi fruto de muitas mobilizações, manifestações de rua em todo Brasil e muitas idas a Brasília atendendo às convocações do Fórum da Enfermagem e de sindicatos. Porém, ainda quando se comemorava a vitória, todos foram surpreendidos no dia 04/09/2022 com a decisão do Ministro do Supremo Tribunal Federal Luís Roberto Barroso suspendendo a Lei. O Ministro atendeu à Ação Direta de Inconstitucionalidade movida pela entidade patronal da Confederação Nacional de Saúde (CN Saúde) e solicitou que entes públicos e privados da área da saúde esclarecessem o impacto financeiro, os riscos para empregabilidade no setor e eventual redução na qualidade dos serviços, sem que houvesse qualquer questionamento sobre a inconstitucionalidade da lei, ou seja, ela é Constitucional. O STF então, decidiu alterar a lei atrelando o piso a uma carga horária de 44 horas (inexistente no serviço publico e quase não exercida no setor privado) e determinou que o setor privado só recebesse o piso mediante convenção coletiva. Um completo atropelo!

A Lei 14.434/2022 conta ainda com 2 emendas de números 124 e 127, sendo a última referente às fontes de custeio. Foram criadas ainda durante o período de construção da lei comissões para avaliarem os impactos financeiros e abertura de diálogo entre as partes interessadas. Em 2023 foram definidas as fontes de custeio e no dia 12 de maio o presidente Lula sancionou o Projeto de Lei do Congresso Nacional destinando R$ 7,3 bilhões para o pagamento do Piso aos mais de 2,8 milhões de profissionais da Enfermagem. Porém, o STF manteve sua decisão de suspensão da Lei.

CATEGORIA NÃO ACEITA INTROMISSÃO DO STF

Para a categoria a decisão do STF é um retrocesso e vai de encontro a tudo que lutamos. Como pode o poder judiciário suspender e alterar uma lei aprovada no Congresso? O judiciário não tem a função de legislar. Não se pode aceitar essa ingerência, há de se contestar com embargos e a exigir um posicionamento dos presidentes do Senado e da Câmara onde foram aprovados por quase unanimidade o Piso. De alguma forma o Presidente Lula deve buscar reverter esta situação. Para além desse entrave imposto pelo STF, lutamos há décadas contra sobrecarga de trabalho e carga horária excessiva, e tem um PL nº 2.295/2000 que trata da redução da carga horária já aprovado no Senado e que está parado na Câmara dos deputados.

A ideia de que os 3 poderes vivessem em harmonia, cada um fazendo o seu papel, são palavras ao vento. Na verdade, a decisão do STF atende ao pedido de uma entidade patronal que lucra milhões, mas não quer pagar o Piso. Recentemente esse mesmo Supremo validou a alteração da jornada dos trabalhadores da saúde de 12h de trabalho por 36h de descanso através de acordo individual contra a própria Constituição que determina por acordo cole-

tivo. É a justiça caolha em ação.

A "disfunção" dos poderes é, na verdade, um defeito de origem. A natureza das instituições brasileiras serve para atender aos interesses da classe dominante ao longo da história. Não foi por acaso que o STF chancelou o golpe militar em 1964 e, ainda por cima, em 2010, validou a Lei da Anistia que impedia a punição de militares inequivocamente torturadores e assassinos. Entendeu a origem desses que aí estão livres, leves e soltos tramando golpes fascistas em plena luz do dia? Todos devem lembrar a participação assídua do STF no golpe contra Dilma em 2016, na prisão de Lula em abril de 2018, justamente para não ser candidato, e da inação do Supremo contra as atrocidades de Bolsonaro, eleito à época. Já se vão 7 meses e nenhum general golpista foi preso pela conspiração fascista de 8 de janeiro, mesmo com tamanha quantidade de provas existentes.

A crise institucional hoje vista no Brasil, com os poderes da república conspirando e agindo contra o povo e a nação, é muita mais nítida do que antes. De reforma em reforma eleitoral o Congresso Nacional é atualmente o mais reacionário da história. De crise em crise o STF segue advogando a favor dos interesses das classes dominantes. Todas as conquistas obtidas foram através de luta e sangue do povo trabalhador. Porém, não houve no país uma reforma profunda no quadro institucional que permanece injusto e antipopular na essência. A república necessita ser refundada, de cabo a rabo. Quando? O quanto antes. Cada dia mais com esse arcabouço institucional, mais o país e seu povo vai para o calabouço. Caberá ao povo no seu próprio movimento e nas ruas alterar profundamente esse quadro e recolocar na ordem do dia a convocação de uma Assembleia Constituinte Soberana que nunca ocorreu no Brasil. Será o poder soberano da verdadeira representação popular capaz de refundar o estado e constituir novas instituições para garantir seus direitos e uma nação livre e soberana.

Certamente, neste processo haverá muito embate e muitas exigências urgentes aos poderes, como é a aplicação da Lei do Piso da Enfermagem. Essa luta não vai se calar. São 2.801.023 profissionais na luta em busca da tão sonhada valorização da maior mão de obra da saúde que durante a pandemia foi aplaudida e chamada de herói, mas o que é preciso mesmo é respeito aos seus direitos.

★★★★★★

A LUTA DAS MULHERES POR SUAS REIVINDICAÇÕES E O GOVERNO LULA

Contribuição de Sumara Ribeiro (MG) ao Encontro Nacional do DAP

A situação das mulheres no interior da sociedade capitalista sempre foi de opressão. Mais ou menos opressão depende muito das conquistas e direitos que a luta da classe trabalhadora (e das mulheres em particular) conseguiu arrancar da burguesia.

Desde o golpe de 2016 a situação das mulheres no Brasil piorou muito como resultado dos ataques às relações de trabalho no seu conjunto, à destruição de projetos sociais e a enorme elevação da violência contra as mulheres. O aumento de casos de estupros e feminicídio é dramático e são poucas as ações de proteção à mulher a começar pela Segurança Pública chegando no Judiciário, que negligenciam – para dizer o mínimo – esses ataques às mulheres.

A vitória do Lula nas eleições presidenciais deu à mulher trabalhadora um alento de que as condições de vida poderiam mudar.

E OS PROBLEMAS SÃO MUITOS...

Nos bairros da periferia onde está a maioria da mulher trabalhadora, que são também mães,

faltam creches, são recorrentes problemas nos postos de saúde com falta de profissionais da saúde, medicação etc.; o acesso ao saneamento básico é raro, entre tantos outros problemas do dia a dia das mulheres e da classe trabalhadora como um todo.

A questão a refletir é: por que se tornou raro a gente ver o PT envolvido nessas lutas concretas e do dia a dia das mulheres? Há muita discussão sobre o lugar da mulher na política. Mas, na política para quê? Para se voltar somente às eleições e ao parlamento seja em âmbito municipal, estadual ou federal? Há algumas experiências que grupos de base do DAP estão realizando envolvendo principalmente as mulheres – mas não só – que nos apontam o caminho e que deveríamos refletir e ver como podemos ampliar essas experiências nos estados e cidades onde o DAP está presente.

Em um bairro de Salvador (BA), por exemplo, um grupo de base do DAP organizou uma manifestação de mulheres por creche pública e contra a violência exigindo do prefeito medidas concretas. Uma iniciativa que nós, mulheres do DAP, poderíamos incentivar em nossas regiões que pode abrir espaço para que outras reivindicações e outras lutas possam ser organizadas, colocando nossas companheiras na política, mas a partir de reivindicações concretas que possam ajudar as mulheres na sua organização.

AS MEDIDAS DO GOVERNO LULA...

Em 8 de março deste ano o governo Lula adotou uma série de medidas, decretos e leis positivas em defesa da mulher como o decreto da igualdade salarial, programas sociais em defesa da saúde e contra a violência contra a mulher, além reabrir várias delegacias de mulheres que foram fechadas ao longo dos anos desde o impeachment da presidente Dilma. No entanto, isso por si só, não garante que elas sejam realmente implantadas. Sobre as delegacias de mulheres, por exemplo, que exige a ação de governos estaduais e municipais pouco ou nada vemos acontecer... Em Minas Gerais, por exemplo, o governador Zema, bolsonaristas de carteirinha, não moveu uma palha. Ao contrário, profissionais que trabalhavam em delegacias da mulher não só não foram chamadas para recompor várias delegacias, como estão sendo lotadas em áreas distintas da sua função.

Então, sem a organização das mulheres e da classe trabalhadora no geral, não veremos sequer a retomada de conquistas retiradas no ultimo período.

As medidas de proteção da mulher trabalhadora, em particular o decreto do governo Lula que rege sobre o trabalho igual, salário igual para homens e mulheres pode ser mais uma lei com pouca incidência real na vida da trabalhadora se outras medidas de proteção das relações de trabalho não forem adotadas.

Por exemplo, como garantir a igualdade salarial entre homens e mulheres quando as atuais leis trabalhistas permitem contratos individuais de trabalho? Como garantir a igualdade salarial quando a terceirização "corre solto" nas empresas privadas e nos serviços públicos? Como garantir a aplicação da lei do trabalho igual, salário igual se os sindicatos foram apartados de acompanhar as relações de trabalho entre patrão e trabalhadores com a aprovação da contrarreforma trabalhista? Por fim, como garantir a fiscalização das empresas na cidade e no campo se as delegacias do trabalho foram em boa parte desmontadas?São questões que reforçam a importância e a justeza do combate de homens e mulheres da classe trabalhadora pela revogação da reforma trabalhista e previdenciária, uma reivindicação que deve ser dirigida ao governo Lula. Esse combate pode portas para a conquista de tantas outras reivindicações.

★★★★★★

A LUTA PELO DIREITO À TERRA EM IGARASSU-PE

Contribuição do Grupo de base do DAP Igarassu-PE ao Encontro Nacional do DAP

O DAP Igarassu – PE se uniu à resistência dos moradores do assentamento e dos trabalhadores da praia na região de Mangue Seco, única praia da cidade, na luta pelo território e contra a PL490 (marco temporal) dos índios Karaxuwanassu. Ambas as resistências representam o único meio de proteção ao meio ambiente na cidade, pois os dois poderes municipais estão a favor de empresários que planejam ocupar toda a área. Esses empresários já cercaram a área com muros e empresas náuticas, destruindo a vegetação de restinga, aterrando nascentes e lagoas, causando erosão na praia e impedindo o acesso de banhistas, pescadores e marisqueiros. Essas ocupações ilegais ocorrem de forma criminosa em toda a orla de Pernambuco, pois são terras da União. A resistência do povo acaba sendo a única forma de preservar as praias.

NA LUTA PELO DIREITO À TERRA

O DAP contribuiu para a formação do "Movimento Mangue Seco Resiste" e tem promovido ações de mobilização, jurídicas/administrativas e políticas (em busca de apoio). Estimula e apoia a formação e o fortalecimento de associações, como a dos ambulantes, e busca unificar as categorias afetadas: moradores do assentamento com mais de 200 famílias que correm o risco de desapropriação e despejo, transporte alternativo, pequenos comerciantes, marisqueiros e pescadores. Além disso, busca integrar turistas e moradores da cidade. Toda a área está sendo reservada pelo poder público para fins privados, como resorts e empresas náuticas. A comunidade indígena luta por seu território, numa batalha que resgata os direitos de todos os povos originários. Essa luta é de todo o povo brasileiro, que tem direito a um meio ambiente preservado, e o objetivo atual é acabar com o marco temporal. Em Igarassu, a luta é pelo território, pois estão ocupando uma área da prefeitura, que deseja repassá-la a empresas.

O DAP está engajado nessa luta indígena, apoiando o movimento, e vê a unificação das lutas pela preservação dos direitos do povo e do meio ambiente como algo positivo. Ambas as lutas estão interligadas e fortalecem a resistência.

★★★★★★

CONTRIBUA CONOSCO

Para mantermos nossa independência política, precisamos de independência financeira. É por isso que pedimos uma contribuição aos militantes, simpatizantes e grupos de base ("um cafezinho por mês").

BANCO CAIXA | Agência: 0454
Operação: 013 | Conta: 00013198-0
Em nome de Paulo Farias
(PIX: 51986532007)

CONHEÇA E JUNTE-SE AO DIÁLOGO E AÇÃO PETISTA

/DapBrasil /DapBrasil /DapBrasil
www.petista.org.br/youtube
www.petista.org.br

DIÁLOGO E AÇÃO PETISTA PT